

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos mais um dossiê da Revista NERA, ano 20 e número 36, intitulado “Território, Campesinato, Trabalho e Resistências” com avanços em diversas temáticas que abordam a questão territorial e paradigmática de seguimentos de estudos da Geografia.

A origem deste dossiê remete à disciplina intitulada Teorias dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada em 2015 pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", unidade de Presidente Prudente/SP. A disciplina teve como objetivo refletir sobre os processos de construção do conhecimento, as teorias e tipologias de território, a questão agrária e seus paradigmas e hegemonias, bem como os movimentos socioespaciais, socioterritoriais e suas transformações.

Os artigos constantes deste número são fruto das reflexões realizadas durante os colóquios da disciplina e com base na bibliografia recomendada. No decorrer da disciplina, cada autor buscou abordar uma temática aderente à sua área de pesquisa e teve a oportunidade de socializar suas reflexões iniciais durante os colóquios debatendo-os. Ao final, cada autor enviou o seu trabalho que, posteriormente, passou por um processo de revisão entre os pares e pelo professor responsável da disciplina.

A metodologia desenvolvida para revisão dos artigos teve como ponto de partida a divisão dos trabalhos em seis eixos temáticos. Foram selecionados dois revisores para cada artigo, considerando sua aderência aos eixos temáticos em discussão. Ao final do processo de revisão, os autores receberam os apontamentos realizados e procederão as adequações solicitadas e consideradas pertinentes, e enviaram uma nova versão para avaliação pelo professor responsável pela disciplina. Após a avaliação realizada pelo docente, os autores realizaram os ajustes e procederam a entrega final do artigo.

O título escolhido de forma participativa para este dossiê, considerando as temáticas abordadas pelos autores, é “*Território, Campesinato, Trabalho e Resistências*”. As temáticas abordadas pelos artigos contemplam o pensamento geográfico, a exclusão digital e desenvolvimento territorial, a mobilidade territorial do trabalho, a estrangeirização de terras, os movimentos socioterritoriais, e o embate envolvendo o agrohidronegócio e o campesinato.

Abordar o desenvolvimento no âmbito da geografia encerra desafios que transpassam a dimensão econômica, uma vez que implica pensar tal fenômeno como um processo multidimensional historicamente constituído em termos territoriais. A mundialização do modo de produção capitalista é guiada pela busca das condições necessárias ao processo de acumulação do capital e caracterizada pela (re)produção e

agravamento das assimetrias. Na incansável busca pelo lucro, avança sobre os recursos, explora e os conduz a exaustão, sem qualquer preocupação com as consequências e impactos econômicos, sociais, culturais ou ambientais.

Assim, é necessária uma mudança de perspectiva na concepção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, em especial em países como o Brasil, um país de dimensões continentais e dotado de grandes assimetrias. Considerando que as políticas públicas estão sob o controle do Estado e este encontra-se cooptado pelo capital, essa mudança de perspectiva apresenta-se como o primeiro e um dos grandes desafios a serem superados para alavancar o desenvolvimento em sua plenitude.

Historicamente as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento são concebidas pelo governo - impostas, estilo top-down - para atender a determinados setores específicos da economia. Uma nova abordagem deve pautar-se no viés territorial, onde tais políticas são conquistadas - bottom-up - pela comunidade de um território para atender às suas necessidades específicas, sem vínculos setoriais. Dessa forma, as políticas são concebidas considerando-se as especificidades do território, incluindo os sujeitos ali presentes, suas expectativas e necessidades.

Tendo em vista os horizontes da ciência geográfica e sua contribuição para o entendimento do processo de mobilidade do trabalho, é necessário enfatizar que sua compreensão passa pelo entendimento da geograficidade do trabalho e sua respectiva essência de produção territorial desigual, seletiva e combinada. Ou seja, mobilidade do trabalho e território(s) são indissociáveis, pois toda estratégia de mobilidade ocorre no, surge no e produz um território, além de que, a mobilidade resulta da subordinação estrutural do trabalhador perante a perda ou apropriação de território diante do capital.

Tal leitura nos leva a entender a produção territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Diante desses entendimentos, fica evidente que a mobilidade territorial do trabalho não é apenas um fenômeno conjuntural, que se resolva pelo próprio metabolismo do sistema do capital, pelo contrário, a mobilidade territorial do trabalho é uma questão estrutural, imbricada ao modo de ser e operar da lógica de acumulação ampliada. Portanto, seu enfrentamento e busca de emancipação do sujeito e do território passam pela luta de classes!

A temática da estrangeirização da terra, que atualmente é muito debatida por acadêmicos, governos e movimentos socioterritoriais também está presente neste dossiê da Revista NERA. A estrangeirização da terra é um processo histórico de apropriação do território pela capital estrangeiro com o objetivo de acumular capital. Contudo, este processo se intensifica de forma avassaladora no século XXI como resposta a convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira. A estrangeirização

da terra também pode ser entendida como um modelo de desenvolvimento, uma vez que diante da corrida mundial por terra, governos e empresas buscam atrair investimentos estrangeiros em terras com a justificativa de desenvolvimento da nação. Todavia, a estrangeirização causa a desterritorialização de camponeses, indígenas e quilombolas, diminui a produção de alimentos, gera impactos ambientais, adia políticas públicas de reforma agrária e coloca em risco a soberania territorial do país.

Outro tema que norteou parte do desenvolvimento dos artigos foram às resistências dos movimentos socioterritoriais frente ao avanço do agronegócio e do capital nacional e estrangeiro, partindo da análise territorial das lutas do campesinato e dos sem tetos da cidade. As resistências partem da análise paradigmática diante dos modelos de desenvolvimento e de ações diretas como nas ocupações de terras, manifestações do campo ou produtivas baseando na agroecologia. Assim, os movimentos do campo e da cidade juntam-se para resistir frente às ações do Estado e do capital criando novas estratégias de luta que permeiam algo em comum o território (material e imaterial), conferindo-os dentro das análises como movimentos socioterritoriais.

Diante de tais provocações e discussões, apresentamos nas páginas que se seguem, alguns apontamentos sobre os oito artigos que compõem este dossiê da Revista NERA, que nos mostram o quão diverso são as temáticas contidas na abordagem territorial e paradigmática da Geografia brasileira, relacionados aos seus diferentes processos, sujeitos e territórios.

O primeiro artigo apresentado tem como título “Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em geografia no Brasil” escrito por Guilherme dos Santos Claudino, que procurou abordar no plano teórico uma exposição de teses e dissertações que compõem o pensamento geográfico no campo dos estudos rurais, que se tornaram o guia dos métodos e modelos interpretativos utilizados.

Em seguida apresentamos o artigo de Messias Alessandro Cardoso intitulado “Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho” na qual o autor procurou apresentar alguns debates e discussões sobre a questão paradigmática do conceito *mobilidade territorial do trabalho* resultando no *Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita* e *Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho* com características analíticas diferentes, bem como suas ideologias: em que o primeiro considera a integração dos trabalhadores ao capital e o segundo aborda a questão do enfrentamento de classe e emancipação do trabalho.

Robinson Piñeros Lizarazo em seu artigo “Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho” contribui para pensarmos conceitualmente a luz das comunidades tradicionais, camponeses e assalariados rurais, a mobilidade territorial do trabalho dentro da ciência geográfica, trazendo debates sobre as questões que envolvem o

território, o capital, agronegócio, exploração da força de trabalho, migrações internas (campo-campo e cidade-campo) com o debate da teoria do desenvolvimento e da dependência para entendermos a atualidade do avanço e acumulação do capital no campo.

No quarto artigo “A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato” de autoria de Paulo Roberto Rosa, apresenta algumas contribuições para o caso da região denominada Pontal do Paranapanema, sobre a exclusão digital do campesinato considerada uma estratégia intencional do capital para restrição dos territórios destes sujeitos. Assim, o campesinato na região tem o acesso às tecnologias da informação e comunicação dificultadas impactando em diversas escalas de seus territórios material ou material mesmo com avanços tímidos para a inclusão digital do campesinato.

No artigo de Lorena Izá Pereira intitulado “Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia” apresenta contribuições para a análise conceitual sobre o processo de estrangeirização de terras abordado a partir de uma visão geográfica sobre o mesmo. Assim, o artigo apresentou algumas discussões embasadas em outros campos da ciência, bem como do debate paradigmático para construir a sua definição geográfica sobre a estrangeirização de terras que para a autora é um processo antigo que se apresenta por ciclos.

Outro artigo apresentado na revista referente a esta temática foi escrito por Lara Dalperio Buscioli intitulado “Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)” que abordou a discussão conceitual sobre a estrangeirização de terras que é considerado histórico, sendo parte integrante da análise territorial e paradigmática, buscando compreender como ela ocorre por meio do grupo francês Louis Dreyfus Commodities em Rio Brillante em Mato Grosso do Sul e seus impactos e resistências no assentamento PA São Judas obtido através da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

No artigo seguinte de Diógenes Rabello cujo título é “Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)” apresentou uma discussão sobre a disputa pelo território entre o campesinato e o agrohidronegócio canavieiro na região denominada Pontal do Paranapanema, que em meio a esta disputa a questão da produção do campesinato por meio da agroecologia se torna eminente frente aos impactos da produção de cana-de-açúcar sejam na dimensão material ou ideológica.

O artigo de Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva “Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST” apresenta um elo das ações de resistências entre os movimentos socioterritoriais urbanos e rurais no estado de São Paulo partindo de uma análise geográfica, justificando a importância desta leitura devido à carência de estudos no âmbito

acadêmico que interpretam a relação cidade e campo partindo das ações dos movimentos socioterritoriais. Assim, estas lutas questionam a apropriação dos espaços e territórios e o direito da propriedade privada entre ambos os sujeitos.

Apresentados os artigos e suas principais discussões, nós editores da Revista NERA, desejamos uma boa leitura e um bom trabalho á todos!

Lara Dalperio Buscioli
Lorena Izá Pereira
Messias Alessandro Cardoso
Paulo Roberto Rosa
Editores da Revista NERA